

A construção de uma escola necessária para a educação do campo e o projeto educativo do MST

ADALBERTO PENHA DE PAULA ¹

ESMÉRIA DE LOURDES SAVELI ²

RESUMO

O artigo discute o projeto educativo do MST, como uma possibilidade de organização escolar dentro de uma proposta de escola pública para as populações do campo, frente a política pública de educação do campo vigente. Evidencia os fundamentos essenciais da proposta educativa do MST, principalmente, os princípios pedagógicos filosóficos que norteiam uma concepção singular de educação e de sociedade.

PALAVAS-CHAVE: Política educacional, Educação do campo, Escola pública.

ABSTRACT

The article discussed the educational project of the MST, as a possibility of school organization in a proposed public school for rural populations, against public policy education field force. It highlights the essential foundations of the MST's educational proposal, especially the philosophical principles that guide teaching a singular conception of education and society.

KEYWORDS: Educational Policy, Rural education, Public school.

INTRODUÇÃO

Este estudo, de natureza teórica, busca discutir a educação do campo que historicamente esteve invisível ao Estado brasileiro. O eixo de discussão que orienta o artigo é a crença de que os princípios do projeto educativo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que transcende a escola pública posta para as classes populares brasileira, é um referencial para a construção do projeto pedagógico das escolas do campo.

Entendemos a necessidade de se reconhecer a realidade camponesa, o caráter e as singularidades dos sujeitos do campo, como princípios político-pedagógicos para a construção de uma escola pública em que não há dicotomia entre a escola do campo e da cidade, mas sim a construção de um projeto que respeite o que está explicitado no artigo 3º da lei diretrizes e bases da educação nacional (LDB) 9394/96.

Tais princípios educacionais são resultados da luta de movimentos sociais, que antecedem a elaboração da constituição federal de 1988 que preconizou a educação básica como direito de todo cidadão.

¹ Licenciado em Pedagogia, aluno do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa na Linha de Pesquisa História e Políticas Educacionais; membro do GEPEB – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Básica; desenvolve projeto e pesquisa com a temática da Educação do Campo. E-mail: adalbertoppenha@gmail.com

² Doutora em Educação pela UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas; Docente do Curso de Pedagogia e do Programa de Mestrado em Educação da UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa; coordenadora do GEPEB – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Básica. Desenvolve pesquisas que tematizam as políticas educacionais e as práticas escolares. E-mail: esaveli@yahoo.com.br

1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Na década de 1970, aconteceram vários fatos que sinalizariam às classes populares que era momento de mudança. A agroindústria crescia e o trabalhador do campo era expulso de suas terras, as multinacionais começaram a chegar de forma mais intensa e avassaladora em terras brasileiras, entre outros acontecimentos que favoreceram o chamado “milagre” econômico. Esse “milagre” produziu seu reverso: dívidas econômicas com os grandes bancos e organismos internacionais, descaso com políticas de inclusão social. Nesse momento da história (1964-1985), o Brasil estava sob o regime da ditadura militar, no qual o autoritarismo e totalitarismo prevaleceram legalmente na administração do Estado.

Como em vários setores da sociedade, a agricultura também sofreu fortes impactos nesse período, pois as transformações do modelo de produção agrícola provocaram uma transição para a industrialização do campo. Do braçal, artesanal para

a modernização, utilização de máquinas, otimizando o tempo, assim aumentando o custo benefício da produção.

Com essa ruptura do velho paradigma agrícola, os pequenos agricultores sentiram esse impacto de maneira que alguns não resistiram, passando a viver no meio urbano, buscando trabalho nas indústrias que se constituíam nas cidades. Tal fenômeno, conhecido por êxodo rural, contribuiu para o aumento do número de moradores nos centros urbanos, de tal maneira que não havia infraestrutura para todos, saneamento básico, moradia, lazer, saúde, educação, etc. Sendo assim, a população começou a ocupar as periferias dos centros urbanos, ampliando o contingente de moradores nas favelas, nos guetos, centros de miséria e pobreza, pois para a terra, para o campo, não tinham condições de voltar.

Outra consequência dessa modernização econômica do campo foram os projetos governamentais de colonização, com apoio de empresas privadas. A esse respeito aponta Morissawa,

Como manter o controle sobre a questão agrária? A resposta do governo militar a essa pergunta, que era crucial para ele, foi a criação de vários projetos de colonização, a partir de 1970, no governo do presidente general Médici. As regiões escolhidas foram principalmente a Amazônia e o Centro-Oeste. Para essa empreitada, reuniu empresas privadas e órgãos públicos (MORISSAWA, 2001, p.102).

Frente a esta realidade observada ao longo da história do Brasil, em seu processo de desenvolvimento, surgem diversos movimentos populares de luta e resistência ao modelo de desenvolvimento, baseado na exploração e dominação da força de trabalho da classe trabalhadora.

Por conseguinte, grupos de pequenos trabalhadores rurais indignados com a situação começaram a se organizar, principalmente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, resistindo a esse processo de expulsão da terra e fortalecendo a luta pela mesma.

“

Frente a esta realidade observada ao longo da história do Brasil, em seu processo de desenvolvimento, surgem diversos movimentos populares de luta e resistência ao modelo de desenvolvimento, baseado na exploração e dominação da força de trabalho da classe trabalhadora.

”

2. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO MST

Uma das preocupações do Setor Nacional de Educação do MST seria articular educação escolar e educação do campo. Educação do campo é aquela que aproxima o educando com sua realidade, onde os valores ideológicos são constituídos.

A esse respeito afirma Fernandes:

Uma escola do campo é a que defende os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura camponesa, que construa conhecimentos e tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população. A sua localização é secundária, o que importa são suas proximidades políticas e espacial com a realidade camponesa (FERNANDES apud SOUZA, 2006, p. 62).

O ideário de educação e de escola sustentado e defendido pelo MST, é orientado através de princípios que estão expressos nos materiais produzidos pelo Movimento. São os filosóficos, que segundo Rodrigues (1999, p.108), “dizem respeito à visão de mundo, concepções mais gerais em relação à pessoa humana, à sociedade e ao entendimento do que é educação, remetendo aos objetivos mais estratégicos do trabalho educativo do MST”. E os denominados princípios pedagógicos, “que se referem ao jeito de fazer e de pensar a educação, para concretizar os próprios princípios filosóficos” (Rodrigues, 1999, p.109).

Os princípios filosóficos compreendem:

- 1º. Educação para a transformação social;
- 2º. Educação para o trabalho e a cooperação;
- 3º. Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana;
- 4º. Educação com/para valores humanistas e socialistas;
- 5º. Educação como processo permanente de formação/transformação humana.

Percebemos que estas orientações que fundamentam o aspecto filosófico da estratégia de formação dos educandos e educadores Sem Terra, propõe um rompimento com a concepção capitalista de homem, sociedade e educação.

“ Educação do campo é aquela que aproxima o educando com sua realidade, onde os valores ideológicos são constituídos.

”

A razão de existir os princípios filosóficos para a educação almejada pelo MST, se concretiza no fazer cotidiano da escola, sendo assim foram elaborados os princípios pedagógicos:

1. Relação entre prática e teoria;
2. Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação;
3. A realidade como base da produção do conhecimento;
4. Conteúdos formativos socialmente úteis;
5. Educação para o trabalho e pelo trabalho;
6. Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos;
7. Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos;
8. Vínculo orgânico entre educação e cultura;
9. Gestão democrática;
10. Auto-organização dos/das estudantes;
11. Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores / das educadoras;
12. Atitude e habilidade de pesquisa;
13. Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.

Entendemos que, os eixos pedagógicos e filosóficos, são essenciais para a prática educativa, realizada ou que se pretende realizar, para a concretização do projeto educativo do Movimento. Nesse sentido, a escola é um espaço de mudança

social. Ou seja, a educação escolar poderá ser um *locus* de ressignificação social. A educação tem um papel essencial na organização da sociedade. Schelesener (2004, p. 69), afirma que, segundo Antonio Gramsci,

a educação não se restringe a um determinado tipo de ação, mas permeia todas as ações; nós nos educamos na vida, por meio de nossa inserção social. A educação é um desdobramento da teoria política e implica a compreensão dos projetos sociais que as classes em luta pretendem conservar ou instaurar (SCHELESENER, 2004, p. 69).

Sendo assim, a escola pode ser espaço de dominação ou libertação, movida por interesses de diferentes grupos sociais. O MST utiliza da educação como estratégia de luta pela terra, pela nova sociedade. Desse modo, não é diferente de outros projetos educativos, pois também existe uma intencionalidade pedagógica, ideológica, política.

De acordo com os princípios do MST, busca-se contribuir no desenvolvimento do sujeito Sem Terra. Para que ele possa ser cada vez mais comprometido com as bandeiras de luta desse movimento.

3. O MST E A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA NECESSÁRIA

Com a caracterização das contradições sociais da história brasileira, bem como com a indicação da mobilização dos trabalhadores rurais, é importante ressaltar que esses grupos organizados não tinham conhecimento um do outro. Conforme nos esclarece Stédile e Görgen,

Essas várias organizações que foram se desenvolvendo através da luta dos trabalhadores rurais, de forma localizada, nos estados nas regiões, não se tinham contato, entre uma ocupação e outra. Após 1981 começa então a ser realizados encontros entre as lideranças das organizações de luta localizados, encontros esses promovidos e articulados pela comissão pastoral da terra (...) finalmente, como resultado dessa articulação, das varias lutas que estavam acontecendo, realizou-se em janeiro de 1984, em Cascavel (Paraná), o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra. Esse encontro nacional representou

então a fundação e a organização de um movimento de camponeses sem terra, a nível nacional, que articula e luta por terra e pela reforma agrária. Aí nasceu o Movimento Sem Terra, como uma articulação dos diversos movimentos que estavam acontecendo a nível localizado, e foi então batizado como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (...) Após sua fundação, em 1984 o MST passou articular-se em diversos estados, realizando o Iº Congresso Nacional do Sem Terra, em Curitiba (Paraná), em 1985, o IIº Congresso Nacional, 1990, em Brasília (STÉDILE e GÖRGEN apud TROGUILHO, 2005 p.29-30).

Durante esse evento em Cascavel-PR, nascia o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): “estava assim, fundado e organizado um movimento de camponeses sem terra de alcance nacional voltado à luta por terra e pela reforma agrária” (MORISSAWA 2001, p. 138).

“ Sendo assim, a escola pode ser espaço de dominação ou libertação, movida por interesses de diferentes grupos sociais. O MST utiliza da educação como estratégia de luta pela terra, pela nova sociedade. ”

Depois desse momento de fundação, o movimento articula-se, organizando congressos, encontros nacionais e regionais para fazer novas frentes em vários estados do país. Assim, fortalece a luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação da sociedade, lutando por um modelo alternativo ao modelo capitalista vigente.

Este movimento social conseguiu elaborar uma proposta de educação porque, em primeiro lugar, os

seus sujeitos vivem no cotidiano uma diversidade de processos educativos. Isto representa uma mudança de postura pessoal, até física, diante das situações das outras pessoas diante do poder. Caldart afirma que esse processo educativo,

[...] transforma camponeses cabisbaixos, culpados, sem auto-estima nem coragem sequer de erguer os olhos diante daqueles que julgam seus superiores, em trabalhadores SEM TERRA, com altivez suficiente para desafiar os poderes constituídos, para olhar direto nos olhos de seus opositores e exigir o que julgam ser de direito (1999, p. 8).

Vale ressaltar que o MST, diferentemente de outros movimentos sociais, conseguiu sensibilizar outros setores da sociedade para a sua luta, entre os quais profissionais ligados à Educação. A questão da escolarização é muito forte no MST desde os seus primeiros acampamentos e assentamentos. A história começa em 1985, no histórico acampamento da Fazenda Annoni em Sarandi (RS). Naquela ocasião, quando a equipe de educação puxou a discussão sobre a necessidade de se conseguir a implantação de uma escola oficial, no próprio acampamento, para as crianças não perderem o ano escolar, essa discussão foi inusitada até para as lideranças, pois isso significava trazer para dentro de uma situação de conflito e de mobilidade uma instituição que representa uma dimensão de estabilidade.

É Caldart quem explica que naquele momento

[...] havia mais uma intuição sobre a necessidade de lutar também por este direito de cidadania que é a educação, do que propriamente a clareza da relação que poderia haver entre o acesso à escola e a condução da luta pela terra e pela Reforma Agrária (1995, p.10).

A escola acabou sendo conquistada em 1986, representando, inclusive, um fato histórico, pois ao colocar uma escola oficial num acampamento, o Estado estava, contraditoriamente, reconhecendo a legitimidade daquela ocupação.

Desde o início da história da relação do MST com a escolarização, houve uma preocupação em discutir a questão sobre por qual tipo de escola se estava lutando.

Em todas as reuniões o centro de discussão girava em torno do mote: uma escola diferente. Com essa adjetivação, acampados e assentados sintetizavam a sua crítica à escola que conheciam: seja aquela em que tinham estudado, seja aquela que seus filhos já tinham frequentado antes do seu engajamento na luta pela terra.

“ Desde o início da história da relação do MST com a escolarização, houve uma preocupação em discutir a questão sobre por qual tipo de escola se estava lutando. Em todas as reuniões o centro de discussão girava em torno do mote: uma escola diferente. ”

O adjetivo também embute um componente utópico, como se fosse a escola que sonhavam para os seus filhos. Isto pode representar o desejo de “destruir” o modelo de escola pública do meio rural existente e tentar “construir” uma nova escola que tivesse por princípio, na prática pedagógica e educativa, o MST. Seria a escola que conseguisse criar antídotos contra a inércia, a acomodação, a morosidade, a burocracia, a submissão. Nesse momento duas questões eram postas para serem discutidas e que acabaram sendo o norte para a elaboração da proposta pedagógica: O que queremos com as escolas de assentamento? e Como fazer a escola que queremos? Estas duas questões sintetizam preocupação com as diretrizes políticas da luta pelo campo e com a ação cotidiana das escolas já existentes.

Para a elaboração da proposta pedagógica, o princípio fundamental é o de que, nas escolas dos assentamentos, toda aprendizagem e todo ensino devem partir da REALIDADE. Essa realidade é tomada

no sentido de realidade próxima e/ou distante. Assim ela é definida:

[...] realidade é o meio em que vivemos. É tudo aquilo que fazemos, pensamos, dizemos e sentimos na nossa vida prática. É o nosso trabalho. É a nossa organização. É a natureza que nos cerca. São as pessoas e o que acontece com elas. São os nossos problemas do dia-a-dia, também os problemas da sociedade que se relaciona com a nossa vida pessoal e coletiva. (Caderno de Educação nº 1)

Este princípio educativo tem a REALIDADE como ponto de partida e ponto de chegada, o que implica dizer que tudo o que as crianças estudam deve estar ligado com sua vida prática e com necessidades concretas suas, de seus pais e de sua comunidade; implica também considerar que todos os conhecimentos que as crianças vão produzindo na escola devem servir para que elas entendam melhor o mundo em que vivem, o mundo da sua escola, da sua família, do assentamento, do município, do MST, do País e para que participem da solução dos problemas que estes mundos vão apresentando.

Assim, o currículo vai ser organizado respeitando esse princípio. Tem como característica partir da realidade próxima da criança e tem a PRÁTICA como centro. Isso implica garantir que as crianças tenham várias experiências de trabalho prático e com utilidade real, que tenham oportunidades de aprender a se organizar, a trabalhar em grupo, dividindo tarefas, tomando decisões, resolvendo problemas que a prática vai apresentando.

Nesse sistema, os conteúdos não se estruturam de forma linearmente concatenada, obedecendo a uma suposta diretriz, nem são frutos de uma coerência ou expressão de um grupo que desconhece as condições sociais, políticas e materiais da Escola e do Movimento. O currículo toma uma configuração praxeológica, pois ele é construído num processo aberto por parte dos agentes participantes: professores, alunos, pais, lideranças do MST.

Assim, a organização deste projeto de escola vai se diferenciar dos currículos tradicionais, da escola vigente, principalmente em três pontos básicos, que destacamos:

1. a sala de aula deixa de ser o centro do processo de ensino e aprendizagem – aprende-se e ensina-se a partir da prática, onde quer que ela aconteça;
2. os conteúdos (matemática, português, história, geografia, ciências, etc...) passam a ser escolhidos em função de necessidades que a prática vai criando. Assim, os conteúdos servem como instrumento para a construção do conhecimento da realidade e não como fins em si mesmos;
3. a organização do currículo passa pelo coletivo do assentamento, incluindo aí professores que conheçam profundamente a realidade do assentamento, assentados que devem ter conhecimento do que se passa na escola e crianças que precisam ter a oportunidade de discutir os conhecimentos que vão produzindo na escola.

Se o currículo tem a PRÁTICA como centro, é a categoria TRABALHO que delineia a organização do processo pedagógico. O processo educativo parte de situações concretas de trabalho. Isto implica aprender a se organizar e trabalhar em conjunto e de modo cooperativo, aprender a tomar decisões no coletivo, a dividir tarefas e responsabilidades, a planejar e avaliar o trabalho seu e dos seus companheiros, bem como desenvolver na prática os valores de solidariedade e de disciplina. Quanto mais experiências práticas a criança tiver, mais sólida e significativa será sua aprendizagem e mais crítica ela se torna. O importante é que essa vivência prática não seja de situações artificiais ou forçadas de trabalho, mas sim que surjam da própria necessidade da escola e da comunidade.

Quando se fala na questão da prática, não se elimina o trabalho sistemático de sala de aula, pois a relação entre prática e teoria, dentro do processo pedagógico, tem o grande desafio de aprender a articular o maior número de saberes diante de situações da realidade.

“

Seria a escola que conseguisse criar antídotos contra a inércia, a acomodação, a morosidade, a burocracia, a submissão.

”

O momento da sala de aula é o momento da reflexão do conhecimento. Na sala de aula, o conteúdo é trabalhado em várias situações para poder ser entendido na sua totalidade. O trabalho prático é atravessado por muitas vozes, temas transversais, provenientes de situações políticas, sociais e/ou culturais, que podem ou não ser articuladas com o tema em estudo. Esses temas transversais fazem com que a escola seja ágil, dinâmica e engajada com a realidade. Em síntese, são pontos fundamentais para o desenvolvimento dessa escola:

1. A escola deve ser para o aluno a principal experiência prática de trabalho cooperativo e de aprendizagem concreta da democracia. Nesse sentido, a escola pode se organizar como uma espécie de cooperativa, e os alunos, junto com os professores e os assentados, participam de todo o seu funcionamento e organização.
2. A escola deve ser uma grande estimuladora de práticas leitoras. Todas as experiências de trabalho, toda a organização de aprendizagem prática só têm sentido se forem refletidas e atravessadas pelo estudo e pela teoria. A leitura é uma das grandes fontes de informação e formação, de alargamento de horizontes, assim a leitura apresenta-se como uma atividade que possibilita a participação do homem na vida em sociedade, em termo de compreensão do presente e passado e em termos de

possibilidades de transformação futura. Como afirma Saveli,

E, por ser um instrumento de aquisição e transformação do conhecimento, a leitura constitui-se um trabalho de combate à alienação, capaz de facilitar ao leitor a realização de sua plenitude. Daí, o papel fundamental da escola como a grande estimuladora de práticas de leitura e provedora de textos e livros, não só entre as crianças mas também no conjunto dos assentados (SAVELI, 2000, p. 28).

3. A escola deve trabalhar permanentemente as expressões culturais dos assentados e a luta pela terra como um todo. A cultura está sendo entendida como a esfera ou campo social que produz significados. A matéria-prima da expressão cultural é a própria vida que acontece num determinado tipo de sociedade e dentro de relações históricas e sociais. Expressões culturais se referem à linguagem, à arte, à religião, aos diversos saberes, às crenças, aos valores.
4. A escola deve ser também um espaço de exercício prático dos valores que caracterizam o novo homem, a nova mulher, a nova sociedade. Democracia, organização, trabalho cooperativo, nova cultura, militância. Tudo isso requer, além do esforço coletivo uma mudança pessoal, uma disposição de viver segundo uma nova ética de comportamento e de relacionamento entre as pessoas. Isto implica:
 - trocar o individualismo pelo espírito de sacrifício, pelo avanço do coletivo;
 - trocar o autoritarismo pelo diálogo e pelo respeito às decisões do grupo;
 - abandonar o machismo e estabelecer o respeito e a solidariedade entre gêneros.

Esses pontos indicam que no MST o conceito de educação não se confunde com o conceito de escola. Educação é prática social. Essa concepção supõe entender o ato educativo como coisa viva, é o seu acontecer; não se dicotomiza trabalho e vida, mas o trabalho é tomado como vida e vice-versa. Portanto, essa prática não se dá apenas no espaço da escola.

A proposta pedagógica traz em seu bojo princípios tão atuais e tão antigos. Sustenta, em termos metodológicos, exigências que há muito são feitas à escola: superar o ensino livresco e fragmentado e voltar para as questões da realidade vivida pelos alunos e seus grupos sociais; estabelecer processos de construção coletiva e pessoal do conhecimento; tornar as aprendizagens mais significativas e efetivas.

O MST tem clareza quando marginaliza a escola real, falida, que chega às camadas populares, e também busca uma experiência alternativa sem cair em proposições imaginárias, mas mergulhada no cotidiano das relações sociais. Só assim é possível a construção da “Escola Necessária” para se defender como classe e para a transformação coletiva de sua condição de classe. Este é, com certeza, um grande projeto político social.

Essa é sem dúvida a escola que todos nós queremos, mas para que essa proposta seja efetivada não se pode desconsiderar as condições de trabalho, culturais, sociais e de formação pedagógica daqueles que têm a responsabilidade de consolidar esse grande projeto social. Ele exige um professor ou professora que seja consciente, crítico, atuante, e tecnicamente coerente com os princípios educativos do MST.

Conforme descrito acima, percebe-se que na organização desse movimento social existem alguns princípios e prioridades a serem conquistadas. Uma delas é a conquista do conhecimento, onde a escola pública e de qualidade se torna um dos meios, pois “o trabalho de educação é uma atividade política importante para o processo de transformação da sociedade”. (MORISSAWA 2001, p. 241).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo trouxe uma discussão sobre a possibilidade da construção de uma escola pública voltada às populações do campo: ribeirinhos, quilombolas, assentados, enfim todos aqueles que vivem na terra e pela terra. Para a concretização deste projeto de educação, fica evidenciado a necessidade de uma pedagogia diferenciada, que coloque realmente o sujeito campesino, no coletivo do processo educativo.

Reconhece que o ideário político pedagógico do MST, aponta que existe um jeito diferente de conduzir a educação, a formação humana, a “Pedagogia do Movimento” (BENJAMIN; CALDART, 2000, p.51). Tal pedagogia não é uma nova corrente teórica de conduzir a educação ou até mesmo uma adaptação de uma teoria educacional. Ela se constitui como o próprio movimento utiliza-se de diferentes teóricos, pensadores e práticas educativas. É a realidade, a situação que irá apontar quais pressupostos teóricos e metodológicos serão melhores para os objetivos educacionais daquele momento que a prática educativa se estabelece.

Ao falar em pedagogias, o MST tem alguns princípios que são inegociáveis, pois são essenciais para sua coerência enquanto movimento social, constituído da luta pelos direitos humanos. Esses princípios fundamentam-se nas práticas educativas da escola que, necessariamente, deve ser assentada em concepções singulares de educação e de sociedade.

Entende-se que esta experiência educativa do MST contribui para a construção de uma escola pública para o campo. Atendendo ao decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o programa nacional de educação na reforma agrária.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, C.; CALDART, R. S. **Projeto popular e escolas do campo**. Vol. 3. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 2000.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.
- _____. **Lei N. 9.394/96**: Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- CADERNOS DE EDUCAÇÃO. **Como fazer a escola que queremos?** Porto Alegre: MST, Nº. 01, 1992.
- _____. **Princípios da educação no MST**. Porto Alegre: MST, Nº. 08, 1997.
- CALDART, R. **Educação em movimento**: formação de educadores e educadoras no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CALDART, R.; CERIOLO, P. R.; KOLLING, E. J. (orgs.). **Educação do campo**: identidade e políticas públicas. Vol. 4. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 2002.

COUTINHO, C.N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

_____; GUIMARÃES, S. **Sobre educação: diálogos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

KOLLING, E.; NERY, I.; MOLINA, M. C. **Por uma educação básica do campo**. Vol. 1. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999.

MORISSAWA, M. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

RODRIGUES, M. F. **A luta pela educação a educação na luta: memórias, narrações e projetos dos assentados e professores do MST na Fazenda *Giacometi***. Dissertação de Mestrado em Educação. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999.

SAVELI, E. L. **A proposta pedagógica do MST para as escolas dos assentamentos: as construções da escola necessária**. Ponta Grossa: UEPG, N. 8, 2000, p.19-30.

SCHELESENER, A. H. Esboço de uma filosofia da educação no pensamento de Antonio Gramsci. In: ROCHA, D. (Org.). **Filosofia da educação: diferentes abordagens**. Campinas: Papirus, 2004, p. 57-78

SCHIMANSKI, E. F. **Conservadorismo e tradição em Ponta Grossa: representação social, mito ou realidade na polícia local?**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007. Disponível em: http://www.bicen-tede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=131. Acesso: 07 Out. 2010.

SOUZA, M. A. **Educação do Campo: Proposta e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

_____. **Educação e cooperação nos assentamentos do MST**. Ponta Grossa: UEPG, 2006.

TROGUILHO, J. C. **A luta pela terra no município de Ponta Grossa/PR**. UFRGS, 2005. Monografia (Bacharelado em Administração: administração rural e agroindustrial): Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.